



**GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO**  
*Secretaria da Fazenda*



# Resultado do Tesouro Estadual – 1º Bimestre/2016

Vitória-ES, Junho/2016



## SUMÁRIO EXECUTIVO

---

O ano de 2016 será marcado pela continuidade do ajuste fiscal nas contas públicas do Estado.

Cumprir destacar que, em 2015, foram pagos R\$ 159 milhões com recursos de caixa em despesas realizadas em 2014 e não contabilizadas (hospitais filantrópicos, cooperativas médicas, serviços penitenciários, PASEP, etc).

O cenário econômico para 2016 segue desafiador e requer por parte do governo estadual novas medidas que visem assegurar o equilíbrio fiscal, tal como realizado em 2015. Neste sentido, foi publicado o decreto nº 3.922-R/2016, que estabelece a contenção e a qualificação dos gastos do poder Executivo Estadual para o exercício de 2016.

No primeiro bimestre de 2016, o resultado primário apresentou um saldo positivo de R\$ 424 milhões. O saldo da execução orçamentária com recursos de caixa, ou seja, a liquidez do Tesouro Estadual ficou em R\$ 206 milhões, decorrentes de receitas de R\$ 1.658 milhões e despesas de R\$ 1.452 milhões. Cabe ressaltar que no primeiro bimestre o pagamento das despesas se realizam de forma um pouco mais lenta em função, por exemplo, de renegociação de contratos e da elaboração da programação financeira. Por conseguinte, é natural que os resultados primário e orçamentário apresentem valores um pouco mais elevados, mas que naturalmente serão normalizados até o final do exercício corrente.

A receita total apresentou redução de 1,3% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Embora nas receitas de impostos e taxas tenha ocorrido um crescimento nominal da ordem de 3,0%, influenciado principalmente pelo aumento de R\$ 47 milhões (em termos absolutos) do ICMS, as receitas de transferências apresentaram uma queda de 18,8%, o que significa uma redução de R\$ 173 milhões, influenciado pela queda nas rendas do petróleo de 45,6%. Esse cenário requer cautela na condução da política fiscal do Estado.



# ÍNDICE

---

## A. PODER EXECUTIVO

- 1 – Resultado do Tesouro Estadual
- 2 – Receita Orçamentária
- 3 – Receita de Operação de Crédito
- 4 – Despesa Total
- 5 – Despesa com Pessoal e Precatórios
- 6 – Despesa com Custeio
- 7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual
- 8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Operações de Crédito e Aplicações Mínimas

## B. SETOR PÚBLICO ESTADUAL

- 1 – Resultado Primário
- 2 – Resultado Nominal
- 3 – Acompanhamento das Metas Fiscais

## C. ANEXO I

- 1 – Painel dos Resultados do Tesouro Estadual



## INTRODUÇÃO

---

A presente publicação apresenta o quadro das Finanças do Estado, com uma análise dos principais indicadores fiscais, das receitas e despesas, dos resultados do tesouro estadual, orçamentário, primário e nominal.

A composição e a evolução desses números, bem como os fatores que os influenciaram, podem ser conhecidas em tópicos específicos de cada item.



**GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO**  
*Secretaria da Fazenda*



## **RESULTADO DO PODER EXECUTIVO**



## **1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)**

O resultado do Tesouro é um conceito de poupança do Poder Executivo, no qual se deduz da receita de caixa (receita total deduzida das transferências legais e constitucionais que o Estado deve realizar e das demais receitas vinculadas) os duodécimos repassados aos Demais Poderes (Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) e as despesas realizadas com recursos de caixa.

A apuração destes valores demonstra, ao final, o saldo da execução orçamentária com recursos de caixa e a liquidez do Tesouro.



# 1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

Tabela 1: Resultado do Tesouro Estadual

Execução do Tesouro	R\$ Mil						
	1º Bimestre 2015	1º Bimestre 2016	Variação Nominal (%)	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2016	Variação Nominal (%)	Variação 2016/2015
Receita de Caixa do Tesouro	1.796.277	1.658.001	-7,7	1.796.277	1.658.001	-7,7	-138.276
Duodécimos aos Poderes	290.046	306.500	5,7	290.046	306.500	5,7	16.453
Despesa Liquidada do Executivo	1.078.706	1.145.159	6,2	1.078.706	1.145.159	6,2	66.453
PESSOAL	747.094	758.140	1,5	747.094	758.140	1,5	11.046
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.449	169.069	29,6	130.449	169.069	29,6	38.620
FINANCIAMENTO FUNDAP	77.091	79.700	3,4	77.091	79.700	3,4	2.609
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	71.579	82.632	15,4	71.579	82.632	15,4	11.053
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	39.069	39.907	2,1	39.069	39.907	2,1	838
PAGAMENTO DO PASEP	13.424	11.771	-12,3	13.424	11.771	-12,3	-1.653
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	0	3.940	-	0	3.940	-	3.940
<b>Resultado do Tesouro</b>	<b>427.525</b>	<b>206.343</b>		<b>427.525</b>	<b>206.343</b>		<b>-221.182</b>

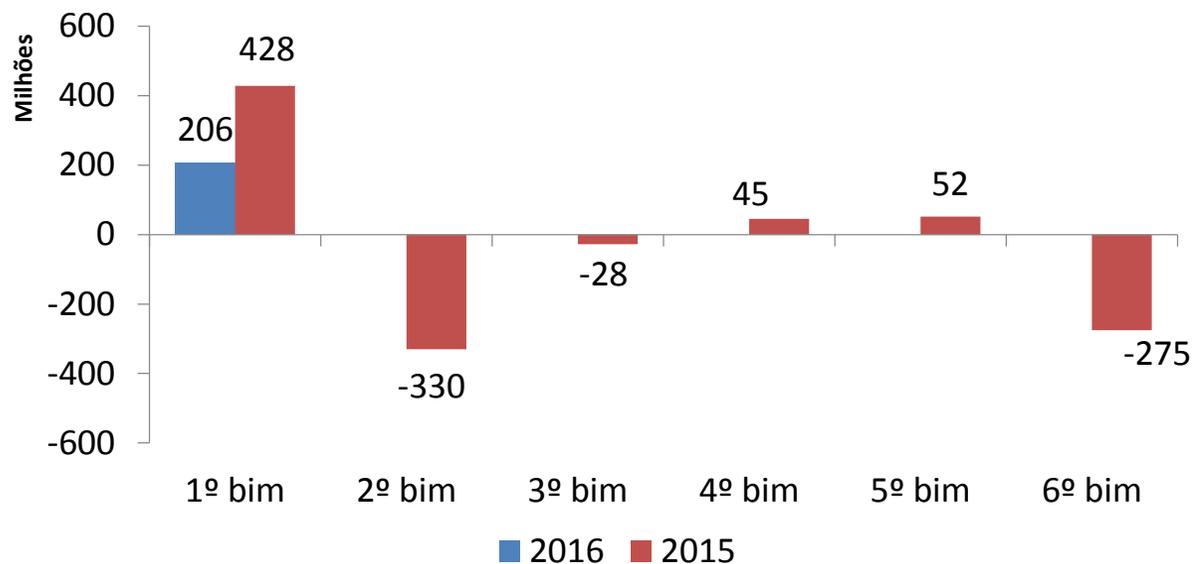
Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



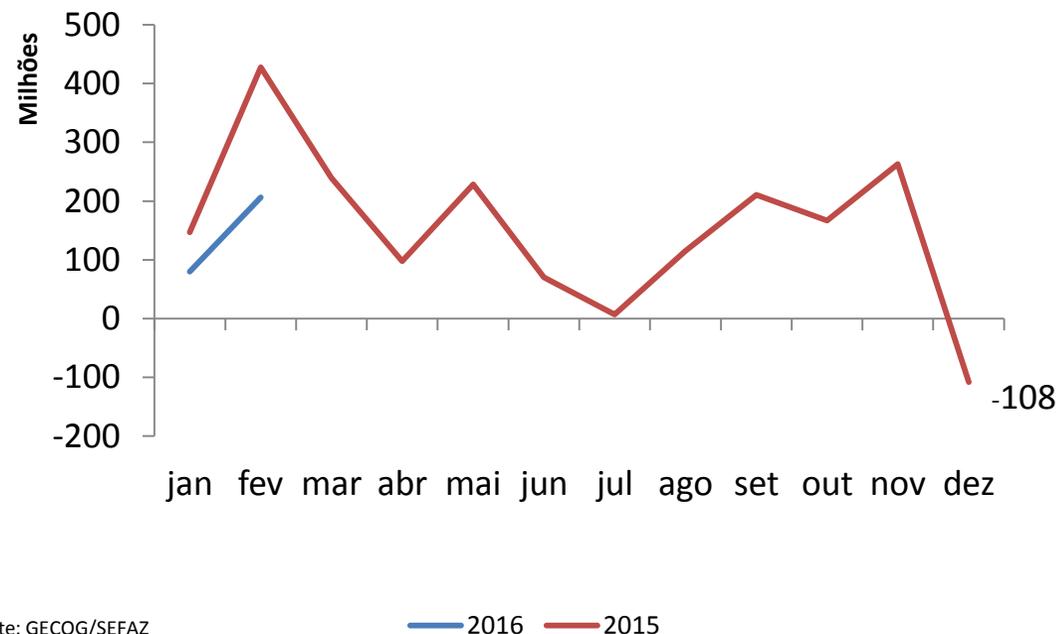
# 1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

Gráfico 1 – Resultado do Tesouro Estadual – Poder Executivo - Bimestral



Fonte: GECOG/SEFAZ  
Elaboração: SEFAZ

Gráfico 2 – Resultado do Tesouro Estadual – Poder Executivo - Acumulado



Fonte: GECOG/SEFAZ  
Elaboração: SEFAZ



## 2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita Total realizada até fevereiro de 2016 obteve uma queda nominal de **-1,3%** em relação ao mesmo período de 2015. Descontada a inflação do período, verifica-se queda real de **-10,6%**.

Tabela 2: Evolução da Receita Total

ESPECIFICAÇÃO	1º Bimestre 2015	1º Bimestre 2016	Variação Nominal (%)	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2016	Variação Nominal (%)	R\$ Mil Variação 2016/2015
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>2.380.211</b>	<b>2.349.210</b>	<b>-1,3</b>	<b>2.380.211</b>	<b>2.349.210</b>	<b>-1,3</b>	<b>-31.001</b>
Receitas de impostos e taxas	1.728.559	1.781.228	3,0	1.728.559	1.781.228	3,0	52.669
ICMS - Inclusive FUNDAP	1.509.289	1.556.279	3,1	1.509.289	1.556.279	3,1	46.989
Taxas	73.019	71.482	-2,1	73.019	71.482	-2,1	-1.537
Recuperação da dívida ativa	24.594	26.172	6,4	24.594	26.172	6,4	1.578
IPVA	30.114	36.144	20,0	30.114	36.144	20,0	6.030
IRRF	84.463	79.788	-5,5	84.463	79.788	-5,5	-4.675
ITCMD	7.079	11.363	60,5	7.079	11.363	60,5	4.284
Receitas de Transferências	917.732	744.768	-18,8	917.732	744.768	-18,8	-172.964
Royalties e Participações Especiais	364.377	198.055	-45,6	364.377	198.055	-45,6	-166.322
FPE	235.542	229.459	-2,6	235.542	229.459	-2,6	-6.084
Educação - FNDE e FUNDEB	159.035	149.589	-5,9	159.035	149.589	-5,9	-9.446
Saúde - SUS	99.991	94.357	-5,6	99.991	94.357	-5,6	-5.633
Cota-parte do IPI	53.122	49.852	-6,2	53.122	49.852	-6,2	-3.270
FEX e Lei Kandir	-	10.392	-	-	10.392	-	10.392
Outras transferências	5.664	13.064	130,7	5.664	13.064	130,7	7.400
Outras Receitas (voluntárias e outras)	88.267	109.043	23,5	88.267	109.043	23,5	20.776
Receitas de Operações de Crédito	-	29.930	-	-	29.930	-	29.930
Receitas Transferidas	-721.012	-739.094	2,5	-721.012	-739.094	2,5	-18.082
Aporte de Recursos para formação do Fundeb	-289.868	-299.073	3,2	-289.868	-299.073	3,2	-9.205
Repasse Constitucional aos Municípios	-431.144	-440.021	2,1	-431.144	-440.021	2,1	-8.878
Receitas do Instituto de Previdência	366.665	423.334	15,5	366.665	423.334	15,5	56.670

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



## 2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (sem FUNDAP) realizada até fevereiro de 2016 apresentou crescimento nominal de **+3,2%** em relação ao mesmo período de 2015.

Tabela 3: Evolução da Receita ICMS

ESPECIFICAÇÃO	1º Bimestre 2015	1º Bimestre 2016	Variação Nominal (%)	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2016	Variação Nominal (%)	R\$ Mil Variação 2016/2015
ICMS (SEM FUNDAP)	1.404.210	1.449.408	3,2	1.404.210	1.449.408	3,2	45.198
Substituição Tributária	366.047	443.125	21,1	366.047	443.125	21,1	77.078
Energia Elétrica	176.022	214.933	22,1	176.022	214.933	22,1	38.911
Diversos	53.112	87.753	65,2	53.112	87.753	65,2	34.640
Comércio Exterior	38.372	41.541	8,3	38.372	41.541	8,3	3.169
Comunicação	91.329	93.486	2,4	91.329	93.486	2,4	2.158
Comércio	300.885	299.399	-0,5	300.885	299.399	-0,5	-1.486
Simples Nacional	61.346	55.079	-10,2	61.346	55.079	-10,2	-6.267
Transportes	56.326	49.586	-12,0	56.326	49.586	-12,0	-6.740
Indústria	260.771	164.506	-36,9	260.771	164.506	-36,9	-96.265

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



## 2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita de Caixa correspondeu a 70,6% da Receita Total, enquanto as vinculadas representaram 29,4%.

No primeiro bimestre de 2016 a Receita de Caixa apresentou uma queda nominal de **-7,7%** em relação ao mesmo período de 2015. Se considerada a inflação do período, temos uma queda real de **-16,4%**.

*DEFINIÇÃO: Receita de Caixa é constituída pela Receita Total do Estado, excluída as transferências constitucionais e legais aos municípios e as vinculadas a programas específicos.*



Tabela 4: Receita de Caixa do Tesouro

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	1º Bimestre 2015	1º Bimestre 2016	Variação Nominal (%)	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2016	Variação Nominal (%)	Variação 2016/2015
Receita Total	2.380.211	2.349.210	-1,3	2.380.211	2.349.210	-1,3	-31.001
Receita Vinculada	583.934	691.209	18,4	583.934	691.209	18,4	107.275
Receita de Caixa do Tesouro	1.796.277	1.658.001	-7,7	1.796.277	1.658.001	-7,7	-138.276
ICMS NORMAL	1.047.188	1.081.343	3,3	1.047.188	1.081.343	3,3	34.155
ITCMD	7.079	11.363	60,5	7.079	11.363	60,5	4.284
IPVA	15.057	18.075	20,0	15.057	18.075	20,0	3.018
Outras Receitas ( Taxas, Contribuição,...)	101.824	103.953	2,1	101.824	103.953	2,1	2.129
ICMS FUNDAP	78.562	80.153	2,0	78.562	80.153	2,0	1.591
Cota-Parte IPI	39.842	37.389	-6,2	39.842	37.389	-6,2	-2.453
FUNDEB	136.908	134.038	-2,1	136.908	134.038	-2,1	-2.870
IRRF	84.463	79.788	-5,5	84.463	79.788	-5,5	-4.675
Cota-Parte FPE	235.542	229.459	-2,6	235.542	229.459	-2,6	-6.084
Receita Transferida ao FUNDEB	-289.868	-299.073	-3,2	-289.868	-299.073	-3,2	-9.205
Royalties e Participação Especial	339.680	181.513	-46,6	339.680	181.513	-46,6	-158.167

ESPECIFICAÇÃO	1º Bimestre 2015	1º Bimestre 2016	Variação Nominal (%)	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2016	Variação Nominal (%)	Variação 2016/2015
Receita de Caixa sem Rendas do Petróleo	1.456.596	1.476.488	1,4	1.456.596	1.476.488	1,4	19.891
Receita de Caixa do Tesouro sem FUNDAP	1.719.186	1.578.301	-8,2	1.719.186	1.578.301	-8,2	-140.885

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



## 2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita de Caixa realizada até fevereiro de 2016 apresentou percentual de realização muito próximo ao previsto para todo o período.

Tabela 5: Receita Prevista x Receita Realizada

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Programação Financeira	Até Fevereiro/2016	% Realizado	Últimos 12 meses
Receita Corrente Líquida	11.965.072	1.942.964	16,2	11.859.378
Receita de Caixa do Tesouro	10.418.860	1.658.001	15,9	10.283.571
Receita Vinculada	5.711.532	691.209	12,1	4.501.512
Receita Total	16.130.392	2.349.210	14,6	14.785.083

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Nota:

Decreto nº 3944-R de 17 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2016.



### 3 – Receita de Operação de Crédito (PODER EXECUTIVO)

Tabela 6: Receita de Operação de Crédito

R\$ Mil

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2016	Varição Nominal (%)
Operações de Crédito Internas	-	18.000	-
BNDES - BRT GV	-	-	-
BNDES - PROPAE	-	18.000	-
CEF - Manejo de Águas Pluviais RMGV	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	11.930	-
BID - PROFAZ	-	-	-
BID - PRES III	-	9.764	-
BIRD - GESTÃO INTEGRADA DE ÁGUAS E PAISAGENS	-	2.166	-
<b>TOTAL*</b>	-	29.930	-

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ

\*Estão apresentadas apenas as operações em execução em 2016

Dentre as receitas de Operações de Crédito, destacam-se as destinadas à melhoria da infraestrutura viária do Estado, com projetos específicos para a Região Metropolitana, como o BRT com o BNDES e o Programa Rodoviário III, com o BID, que se propõe a investimentos nas rodovias do Espírito Santo.



## 4 – Despesa Total (PODER EXECUTIVO)

A Despesa Total do Estado apresentou um crescimento de **3,7%** no primeiro bimestre de 2016, comparada ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 7: Despesa Liquidada - Poder Executivo / Todas as Fontes

ESPECIFICAÇÃO	1º Bimestre 2015	1º Bimestre 2016	Varição Nominal (%)	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2016	Varição Nominal (%)	R\$ Mil Varição 2016/2015
PESSOAL	1.117.835	1.148.066	2,7	1.117.835	1.148.066	2,7	30.231
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	199.440	207.697	4,1	199.440	207.697	4,1	8.257
FINANCIAMENTO FUNDAP	77.091	79.700	3,4	77.091	79.700	3,4	2.609
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	72.253	83.405	15,4	72.253	83.405	15,4	11.152
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	39.069	39.907	2,1	39.069	39.907	2,1	838
PAGAMENTO DO PASEP	15.118	16.212	7,2	15.118	16.212	7,2	1.094
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	4.378	6.941	58,5	4.378	6.941	58,5	2.562
<b>Total</b>	<b>1.525.185</b>	<b>1.581.927</b>	<b>3,7</b>	<b>1.525.185</b>	<b>1.581.927</b>	<b>3,7</b>	<b>56.743</b>

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ

Nota:

1- O Aporte destinado a Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS está incluído nas Despesas com Pessoal.



## 4 – Despesa Total (PODER EXECUTIVO)

A Despesa com Recursos de Caixa apresentou um aumento de **6,2%** no primeiro m 2015, comparada ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 8: Despesa Liquidada - Poder Executivo / Recursos de Caixa

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Mil						Variação 2016/2015
	1º Bimestre 2015	1º Bimestre 2016	Variação Nominal (%)	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2016	Variação Nominal (%)	
PESSOAL	747.094	758.140	1,5	747.094	758.140	1,5	11.046
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.449	169.069	29,6	130.449	169.069	29,6	38.620
FINANCIAMENTO FUNDAP	77.091	79.700	3,4	77.091	79.700	3,4	2.609
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	71.579	82.632	15,4	71.579	82.632	15,4	11.053
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	39.069	39.907	2,1	39.069	39.907	2,1	838
PAGAMENTO DO PASEP	13.424	11.771	-12,3	13.424	11.771	-12,3	-1.653
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	-	3.940	-	-	3.940	-	3.940
<b>Total</b>	<b>1.078.706</b>	<b>1.145.159</b>	<b>6,2</b>	<b>1.078.706</b>	<b>1.145.159</b>	<b>6,2</b>	<b>66.453</b>

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ

Nota:

1- O Aporte destinado a Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS está incluído nas Despesas com Pessoal.



## 5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

As tabelas 9 e 9.1 apresentam as principais despesas com pessoal por fonte (recursos de caixa e todas as fontes, respectivamente).

Tabela 9: Despesa Liquidada com Pessoal e Encargos - Recurso de Caixa - Poder Executivo

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Mil						Variação 2016/2015
	1º Bimestre 2015	1º Bimestre 2016	Variação Nominal (%)	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2016	Variação Nominal (%)	
Ativos - Vencimentos e Salários	345.775	354.329	2,5	345.775	354.329	2,5	8.554
Efetivos	325.983	325.686	-0,1	325.983	325.686	-0,1	-297
Comissionados	19.792	28.643	44,7	19.792	28.643	44,7	8.850
Designação Temporária	66.947	37.344	-44,2	66.947	37.344	-44,2	-29.603
Contribuição Patronal/Aporte	289.612	319.159	10,2	289.612	319.159	10,2	29.547
Outras Despesas de Pessoal	44.760	47.309	5,7	44.760	47.309	5,7	2.548
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>747.094</b>	<b>758.140</b>	<b>1,5</b>	<b>747.094</b>	<b>758.140</b>	<b>1,5</b>	<b>11.046</b>
Precatórios	39.069	39.907	2,1	39.069	39.907	2,1	838
<b>Total da Despesa de Pessoal e Precatórios</b>	<b>786.163</b>	<b>798.047</b>	<b>1,5</b>	<b>786.163</b>	<b>798.047</b>	<b>1,5</b>	<b>11.884</b>

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



## 5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

Tabela 9.1: Despesa Liquidada com Pessoal e Encargos - Todas as Fontes - Poder Executivo

ESPECIFICAÇÃO	1º Bimestre 2015	1º Bimestre 2016	Variação Nominal (%)	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2016	Variação Nominal (%)	R\$ Mil
							Variação 2016/2015
Ativos - Vencimentos e Salários	354.188	361.581	2,1	354.188	361.581	2,1	7.393
Efetivos	331.696	331.212	-0,1	331.696	331.212	-0,1	-484
Comissionados	22.492	30.369	35,0	22.492	30.369	35,0	7.877
Designação Temporária	66.972	37.366	-44,2	66.972	37.366	-44,2	-29.606
Contribuição Patronal/Aporte	292.982	323.786	10,5	292.982	323.786	10,5	30.804
Outras Despesas de Pessoal	403.693	425.333	5,4	403.693	425.333	5,4	21.639
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>1.117.835</b>	<b>1.148.066</b>	<b>2,7</b>	<b>1.117.835</b>	<b>1.148.066</b>	<b>2,7</b>	<b>30.231</b>
Precatórios	39.069	39.907	2,1	39.069	39.907	2,1	838
<b>Total da Despesa de Pessoal e Precatórios</b>	<b>1.156.904</b>	<b>1.187.973</b>	<b>2,7</b>	<b>1.156.904</b>	<b>1.187.973</b>	<b>2,7</b>	<b>31.068</b>

Fonte: SIGEFES

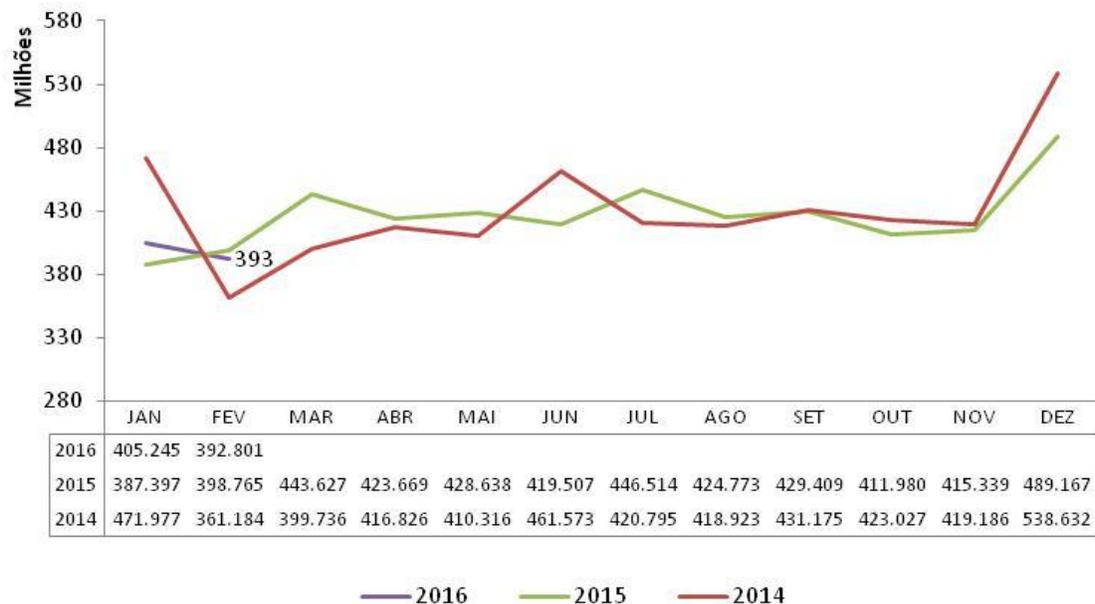
Elaboração: SEFAZ



## 5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

O baixo valor da despesa com pessoal, característico do início do exercício, é decorrente, principalmente, do encerramento de contratos de designação temporária do Magistério, da Saúde e Segurança Pública.

Gráfico 3 – Despesa com Pessoal e Encargos – Recurso de Caixa – Poder Executivo



R\$ milhões

Janeiro a Fevereiro 2016	798
Janeiro a Fevereiro 2015	786
Janeiro a Fevereiro 2014	833
Janeiro a Fevereiro 2010	435



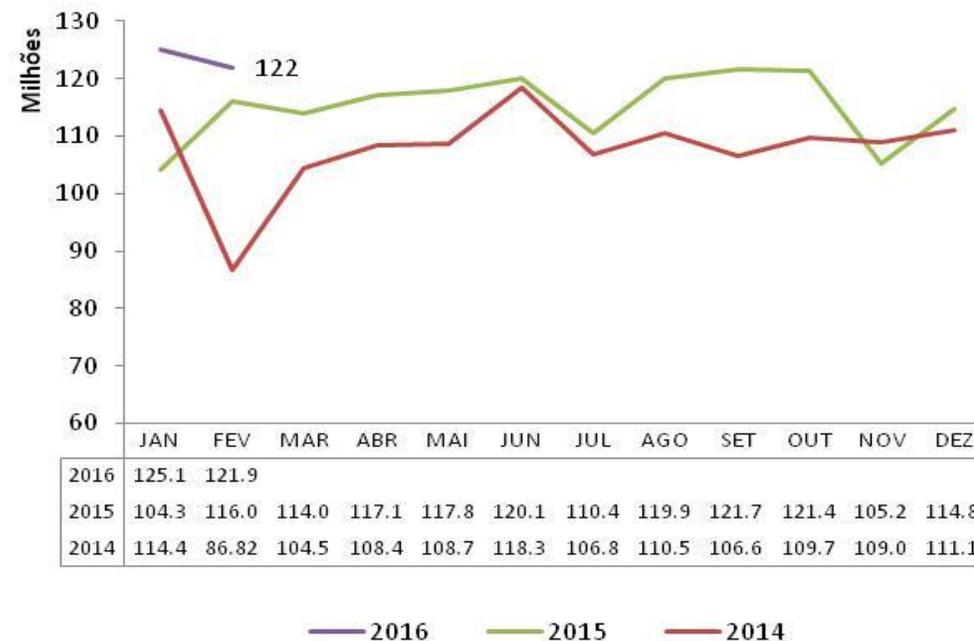
## 5 – Despesa com Pessoal e Precatórios(PODER EXECUTIVO)

O crescimento do número de aposentados e pensionistas implicou aumento nominal de **12,1%** dos recursos aplicados na Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS, conhecido como Aporte.

	R\$ milhões
Janeiro a Fevereiro 2016	247
Janeiro a Fevereiro 2015	220
Janeiro a Fevereiro 2014	201
Janeiro a Fevereiro 2010	110

Aporte são despesas orçamentárias destinadas à cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, utilizado para pagamento de benefícios previdenciários dos segurados vinculados ao Plano Financeiro.

Gráfico 4 – Aporte para cobertura do Déficit Financeiro do RPPS



Fonte: SIGEFES  
Elaboração: SEFAZ



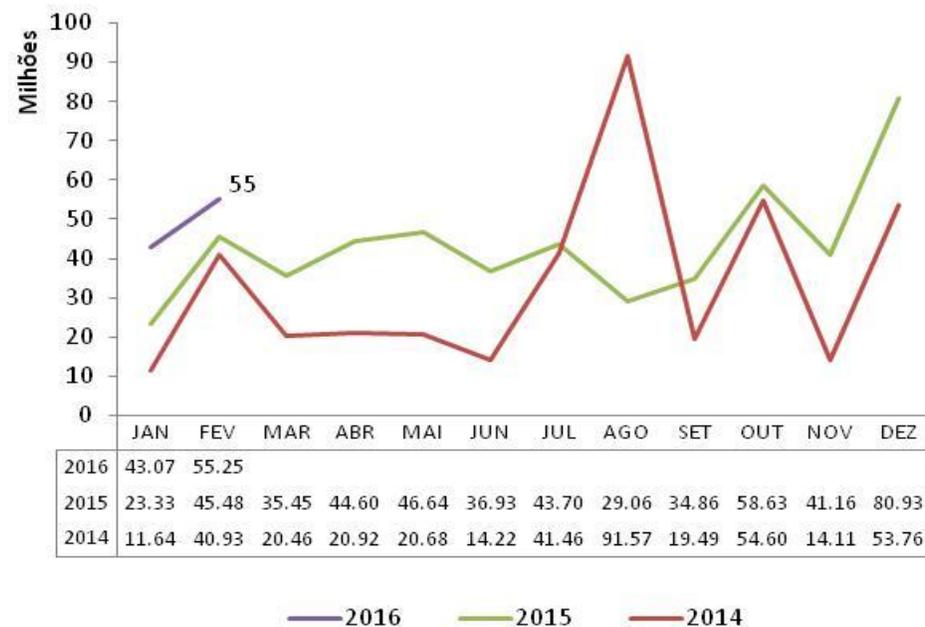
## 5 – Despesa com Pessoal e Precatórios(PODER EXECUTIVO)

Crescimento ainda mais expressivo (42,8%) teve o Fluxo de Receitas e Despesas do Fundo Previdenciário que, criado em 2004, se encontra no seu período de acumulação, com mais contribuições recebidas do que benefícios a serem pagos.

	R\$ milhões
Janeiro a Fevereiro 2016	98
Janeiro a Fevereiro 2015	69
Janeiro a Fevereiro 2014	53
Janeiro a Fevereiro 2010	14

Nota 1: O aumento de R\$ 50,1 milhões, verificado na receita referente ao mês de agosto/2014, ocorre, basicamente, em virtude do reconhecimento dos rendimentos das aplicações financeiras do RPPS auferidos no período de janeiro a julho/2014, de forma acumulada no mês de agosto/2014. O reconhecimento de tais rendimentos não ocorreu nos respectivos meses de sua ocorrência em decorrência de ausência de definição do critério por parte da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Gráfico 5 – Fluxo Fundo Previdenciário



Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



## 6 – Despesa com Custeio (PODER EXECUTIVO)

A tabela 10 apresenta a evolução das despesas de Custeio do Poder Executivo com recursos de Caixa.

	R\$ milhões
Janeiro a Fevereiro 2016	181
Janeiro a Fevereiro 2015	144
Janeiro a Fevereiro 2014	180
Janeiro a Fevereiro 2010	89

Tabela 10: Outras Despesas Correntes - Recurso de Caixa - Poder Executivo

CUSTEIO	1º Bimestre 2015	1º Bimestre 2016	Variação Nominal (%)	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2016	Variação Nominal (%)	Variação 2016/2015
Estagiários	9.427	3.752	-60,2	9.427	3.752	-60,2	-5.675
Concessão Faça Fácil - PPP	4.992	1.659	-66,8	4.992	1.659	-66,8	-3.334
Despesa com Assistência Social	3.308	395	-88,1	3.308	395	-88,1	-2.913
Auxílio Financeiro a Estudantes e Pesquisadores	3.227	2.244	-30,5	3.227	2.244	-30,5	-983
Despesas com Viagens (Diárias, Passagens e outros)	1.728	1.050	-39,2	1.728	1.050	-39,2	-678
Serviços e Materiais de Limpeza e Conservação	9.756	9.100	-6,7	9.756	9.100	-6,7	-656
Locação, Aquisição e Reforma de Imóveis	2.491	2.103	-15,6	2.491	2.103	-15,6	-388
Subvenção Econômica (Transcol Social, Mão na Roda)	11.402	11.116	-2,5	11.402	11.116	-2,5	-286
Serviço de Apoio Administrativo	2.464	2.399	-2,7	2.464	2.399	-2,7	-66
Transporte Escolar	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de Consultoria	226	251	11,1	226	251	11,1	25
Material de Consumo	251	331	32,0	251	331	32,0	80
Festividades e Homenagens	16	129	701,5	16	129	701,5	113
Demais Despesas de Custeio	28.851	17.503	-39,3	28.851	17.503	-39,3	-11.348
Locação de máquinas e equipamentos	164	323	96,9	164	323	96,9	159
Seleção e Treinamento	-	315	-	-	315	-	315
Serviço de Telefonia	815	1.159	42,2	815	1.159	42,2	344
Publicidade (Institucional e outros)	230	607	163,7	230	607	163,7	377
Serviço de Vigilância	7.392	7.809	5,6	7.392	7.809	5,6	417
Despesa com Alimentação (Escolar, Prisional, Hospitalar e Outr	4.270	5.253	23,0	4.270	5.253	23,0	983
Despesas com a Frota	3.000	4.008	33,6	3.000	4.008	33,6	1.008
Serviços de Tecnologia da Informação e Impressões gráficas	786	1.860	136,5	786	1.860	136,5	1.074
Serviço de Energia Elétrica	2.736	3.927	43,5	2.736	3.927	43,5	1.191
Material Hospitalar, Farmacológico e Afins	1.828	3.049	66,8	1.828	3.049	66,8	1.221
Auxílio a Pessoas Físicas	1.121	2.585	130,5	1.121	2.585	130,5	1.463
Patrocínios, Convênios e Termos de Coop. Técnica	2.599	5.321	104,8	2.599	5.321	104,8	2.722
Serviços Médicos e Hospitalares	27.368	80.821	195,3	27.368	80.821	195,3	53.453
<b>Total</b>	<b>130.449</b>	<b>169.069</b>	<b>29,6</b>	<b>130.449</b>	<b>169.069</b>	<b>29,6</b>	<b>38.620</b>
Obrigações Tributárias e Contributivas (PASEP)	13.424	11.771	-12,3	13.424	11.771	-12,3	-1.653
<b>Total Geral</b>	<b>143.873</b>	<b>180.840</b>	<b>25,7</b>	<b>143.873</b>	<b>180.840</b>	<b>25,7</b>	<b>36.967</b>

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



## 7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual (PODER EXECUTIVO)

A Dívida Pública Contratual do Estado é composta por contratos de operações de crédito internas e externas, parcelamento de dívidas previdenciárias e de refinanciamentos de dívidas com a União, que representam, particularmente, o principal componente da dívida.

Tabela 11: Serviço da Dívida

DISCRIMINAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ Mil					
	1º Bimestre 2015	1º Bimestre 2016	Variação Nominal (%)	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2016	Variação Nominal (%)
Parcelamento de Dívidas da Administração Indireta	930	1.081	16,3	930	1.081	16,3
PRODEST/CEASA	930	1.081	16,3	930	1.081	16,3
Dívida Contratual Interna - Administração Direta	61.047	64.449	5,6	61.047	64.449	5,6
CEF	8.822	8.864	0,5	8.822	8.864	0,5
BNDES	13.480	14.175	5,2	13.480	14.175	5,2
União - Refinanciamento	26.190	27.465	4,9	26.190	27.465	4,9
Lei 9496	21.895	24.348	11,2	21.895	24.348	11,2
Refinanciamento	10.221	11.366	11,2	10.221	11.366	11,2
Saneamento	11.674	12.982	11,2	11.674	12.982	11,2
Cohab	4.295	3.118	-27,4	4.295	3.118	-27,4
Baneses	8.203	9.118	11,2	8.203	9.118	11,2
Parcelamentos: INSS e PASEP	4.353	4.827	10,9	4.353	4.827	10,9
Dívida Contratual Externa - Administração Direta	8.477	15.447	82,2	8.477	15.447	82,2
BID	8.477	13.253	56,3	8.477	13.253	56,3
BIRD	0	2.194	-	0	2.194	-
<b>Dívida Pública Contratual</b>	<b>70.454</b>	<b>80.976</b>	<b>14,9</b>	<b>70.454</b>	<b>80.976</b>	<b>14,9</b>

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Valores Pagos



## 7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual (PODER EXECUTIVO)

Nota Explicativa: O aumento nominal de 14,9% nos gastos com juros e encargos da dívida contratual até fevereiro de 2016, na comparação com o mesmo período de 2015, decorreu do crescimento no estoque da dívida e da majoração dos indexadores dos contratos de dívida interna e externa.

A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, indexador dos custos financeiros dos contratos de dívida interna do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do CEF-Finisa, teve no período comparativo uma evolução de 36% (aumentou de 5,5% a.a para 7,5% a.a), acompanhada do reajuste de 0,59% e 1,91% nas moedas contratuais URTJLP e UPR respectivamente, a taxa SELIC teve evolução de 32% (passando de 10,65% a.a para 14,15% a.a).

O incremento nos gastos dos contratos de dívida externa decorreu da evolução de 38% na taxa cambial do dólar norte-americano (a cotação PTAX venda da moeda em 28/02/2015 era de R\$ 2,8782 e, em 29/02/2016 de R\$ 3,9796).

As liberações de recursos das operações de crédito de fevereiro de 2015 até fevereiro de 2016, que impactaram o saldo da Dívida Consolidada, totalizaram um montante de R\$ 421 milhões, sendo que o contrato do BNDES-PROPAE contribuiu com o montante de R\$ 328 milhões.

Tabela 12: Despesa com Serviço da Dívida

	R\$ Mil					
DÍVIDA PÚBLICA CONTRATUAL	1º Bimestre 2015	1º Bimestre 2016	Variação Nominal (%)	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2016	Variação Nominal (%)
Valor Liquidado em serviço da Dívida Pública	70.454	80.976	14,9	70.454	80.976	14,9
Principal	41.796	49.746	19,0	41.796	49.746	19,0
Juros e Encargos	28.658	31.230	9,0	28.658	31.230	9,0
Dívida Contratual Interna - Administração Direta	61.047	64.449	5,6	61.047	64.449	5,6
Principal	33.532	37.420	11,6	33.532	37.420	11,6
Juros e Encargos	27.515	27.029	-1,8	27.515	27.029	-1,8
Dívida Contratual Externa - Administração Direta	8.477	15.447	82,2	8.477	15.447	82,2
Principal	7.536	11.563	53,4	7.536	11.563	53,4
Juros e Encargos	942	3.884	312,5	942	3.884	312,5
Administração Indireta	930	1.081	16,3	930	1.081	16,3
Principal	728	764	4,9	728	764	4,9
Juros e Encargos	202	317	57,1	202	317	57,1

Fonte: SUDIP/SEFAZ  
Elaboração: SEFAZ  
Valores Pagos



## 8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Op. de Crédito e Aplicações Mínimas (PODER EXECUTIVO)

Tabela 13: Limites de Gasto com Pessoal e Encargos

até Fevereiro/2016	RCL Total (R\$ Mil)	Despesa de Pessoal (R\$ Mil) últimos 12 meses	% Despesa de Pessoal/RCL
LRF	11.859.378	5.192.604	43,78
TCCES	11.859.378	5.376.735	45,34
Limite Máximo da RCL %		49,0	
Limite Prudencial da RCL %		46,5	
Limite de Alerta %		44,1	

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



## 8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Op. de Crédito e Aplicações Mínimas (PODER EXECUTIVO)

Tabela 14: Aplicação Mínima em Saúde e Educação

PERÍODO	Até Fevereiro/2015	Até Fevereiro/2016
	%	%
Aplicação em Saúde (Mínimo 12%)	10,8	13,6
Aplicação em Educação (Mínimo 25%)	22,5	21,6

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Tabela 15: Limites sobre a Receita

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Até Fevereiro/2016		2016
	Valores	% Efetivo Limites	Teto
Receita Corrente Líquida:	11.859.378		
Saldo Devedor da Dívida Consolidada Líquida (até 200%)	3.213.867	27,1%	23.718.756
Operação de Crédito no Exercício (até 16%)	29.930	0,3%	1.897.500

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



**GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO**  
*Secretaria da Fazenda*



# RESULTADO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL



## RESULTADO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL

---

O Resultado do Setor Público Estadual possui um conceito mais abrangente de informações pois inclui dados não somente do Poder Executivo, como também dos outros Poderes, suas receitas e despesas, receitas de operação de crédito, receitas próprias das autarquias, fundos, entre outras informações.

Nesta seção serão apresentados os dados dos Resultados Primário e Nominal e um acompanhamento das Metas fixadas para o exercício de 2016.



## **1 – Resultado Primário (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)**

---

Resultado Primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do Governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas financeiras.

É uma indicação de quanto o Estado economizou ao longo de um período com vistas ao pagamento dos encargos financeiros.



# 1 – Resultado Primário (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Resultado Primário

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	1º Bimestre 2015	1º Bimestre 2016	Variação Nominal (%)	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2016	Variação Nominal (%)
RECEITA TOTAL	2.380.211	2.349.210	-1,3	2.380.211	2.349.210	-1,3
DEDUÇÕES	81.637	157.236	92,6	81.637	157.236	92,6
Aplicações Financeiras	81.634	126.846	55,4	81.634	126.846	55,4
Operações de Crédito	0	29.930	-	0	29.930	-
Alienação de Bens	3	460	17.271,1	3	460	17.271,1
RECEITA PRIMÁRIA (1)	2.298.574	2.191.974	-4,6	2.298.574	2.191.974	-4,6
DESPESA TOTAL	1.808.582	1.851.414	2,4	1.808.582	1.851.414	2,4
DEDUÇÕES	72.253	83.405	15,4	72.253	83.405	15,4
Juros e Encargos da Dívida	28.760	31.312	8,9	28.760	31.312	8,9
Amortização da Dívida	43.493	52.093	19,8	43.493	52.093	19,8
DESPESA PRIMÁRIA (2)	1.736.329	1.768.009	1,8	1.736.329	1.768.009	1,8
RESULTADO PRIMÁRIO (1 - 2)	562.245	423.965		562.245	423.965	

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Se Positivo

**SUPERÁVIT PRIMÁRIO**

Poupança antes de pagar  
as Obrigações Financeiras

Se Negativo

**DÉFICIT PRIMÁRIO**

Obrigações Financeiras a  
descoberto



## 2 – Resultado Nominal (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Corresponde a variação total da dívida fiscal líquida de um determinado período. Até fevereiro de 2016, houve uma redução na dívida fiscal líquida de R\$ 526 milhões.

Resultado Nominal do Estado		R\$ Mil	
DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 29/02/2016	
DÍVIDA CONSOLIDADA	7.034.528	7.071.795	
DEDUÇÕES	3.285.909	3.857.928	
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.507.587	2.834.260	
Demais Haveres Financeiros	1.020.173	1.105.827	
(-) Restos a Pagar Processados (exceto precatórios)	241.851	82.160	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	3.748.619	3.213.867	
PASSIVOS RECONHECIDOS	957.604	948.799	
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	2.791.015	2.265.068	
RESULTADO NOMINAL NO PERÍODO	275.958	-525.947	

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

**SE POSITIVO**

Dívida Fiscal Líquida  
aumentou

**SE NEGATIVO**

Dívida Fiscal Líquida  
diminuiu



## 3 – Acompanhamento das Metas Fiscais (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Quadro de Acompanhamento de Metas Fiscais

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	1º bimestre 2015	1º bimestre 2016	Meta LDO
RESULTADO PRIMÁRIO	562.245	423.965	-967.931
RESULTADO NOMINAL	-565.511	-525.947	858.350

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



## **ANEXO I**

# **PAINEL DOS RESULTADOS DO TESOURO ESTADUAL**



**GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO**  
*Secretaria da Fazenda*



## **ANEXO I**



## 1 – Painel dos Resultados do Tesouro Estadual

---

O Painel dos Resultados do Tesouro Estadual apresenta de forma sintética um panorama geral e abrangente das Finanças do Estado, abordando a evolução das Receitas e o comportamento das Despesas. Demonstra, ainda, os principais indicadores de Resultados do Tesouro, as Despesas de Pessoal como proporção da Receita Corrente Líquida e os mínimos constitucionais de aplicação em Saúde e Educação.



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Fazenda



Em R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	REPROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016	REALIZADO - ATÉ FEV 2015	2016 / 2015 %	
		ATÉ FEV		NOMINAL	REAL
<b>1. RECEITA TOTAL</b>	<b>16.130.392</b>	<b>2.349.210</b>	<b>2.380.211</b>	<b>-1,3%</b>	<b>-10,6%</b>
<b>1.1 RECEITAS DE IMPOSTOS E TAXAS</b>	<b>11.502.761</b>	<b>1.781.228</b>	<b>1.728.559</b>	<b>3,0%</b>	<b>-6,6%</b>
ICMS - Exceto FUNDAP	8.922.345	1.449.408	1.404.210	3,2%	-6,5%
ICMS FUNDAP	817.520	106.871	105.080	1,7%	-7,8%
TAXAS	624.643	71.482	73.019	-2,1%	-11,3%
IRRF	601.600	79.788	84.463	-5,5%	-14,4%
IPVA	481.914	36.144	30.114	20,0%	8,8%
DÍVIDA ATIVA, JUROS, MULTAS E CORREÇÃO MONETÁRIA	0	26.172	24.594	6,4%	-3,6%
ITCD	54.739	11.363	7.079	60,5%	45,5%
<b>1.2 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>4.321.073</b>	<b>744.768</b>	<b>917.732</b>	<b>-18,8%</b>	<b>-26,5%</b>
COTA-PARTE ROYALTIES E PART. ESPECIAL	937.590	198.055	364.377	-45,6%	-50,7%
COTA-PARTE DO FPE	1.190.150	229.459	235.542	-2,6%	-11,7%
RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO - FNDE / FUNDEB	1.088.602	149.589	159.035	-5,9%	-14,8%
RECURSOS PARA A SAÚDE - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	571.922	94.357	99.991	-5,6%	-14,5%
COTA-PARTE DO IPI	276.717	49.852	53.122	-6,2%	-15,0%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	118.535	13.064	5.664	130,7%	109,0%
AUXÍLIO FINANCEIRO - FEX E LEI KANDIR	137.557	10.392	0	-	-
<b>1.3 RECEITAS DO INST. DE PREVIDÊNCIA JERÔNIMO MONTEIRO</b>	<b>381.182</b>	<b>423.334</b>	<b>366.665</b>	<b>15,5%</b>	<b>4,6%</b>
RECEITA PARA COBERTURA DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO	0	250.084	222.104	12,6%	2,0%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - EMPREGADOR	0	64.022	64.439	-0,6%	-10,0%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - EMPREGADO	381.182	44.531	43.427	2,5%	-7,1%
REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA (IPAJM)	0	64.698	36.695	76,3%	59,8%
<b>1.4 OUTRAS RECEITAS (VOLUNTÁRIAS E OUTRAS)</b>	<b>3.548.551</b>	<b>109.043</b>	<b>88.267</b>	<b>23,5%</b>	<b>11,9%</b>
<b>1.5 RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>1.148.368</b>	<b>29.930</b>	<b>0</b>	-	-
<b>1.6 (-) RECEITAS TRANSFERIDAS</b>	<b>4.771.543</b>	<b>739.094</b>	<b>721.012</b>	<b>2,5%</b>	<b>-7,1%</b>
REPASSE CONSTITUCIONAL AOS MUNICÍPIOS	2.912.938	440.021	431.144	2,1%	-7,5%
APORTE DE RECURSOS PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	1.858.605	299.073	289.868	3,2%	-6,5%
<b>1.A - RECEITAS VINCULADAS</b>	<b>5.711.532</b>	<b>691.209</b>	<b>583.934</b>	<b>18,4%</b>	<b>7,3%</b>
<b>1. B - RECEITA DE CAIXA DO TESOURO ESTADUAL</b>	<b>10.418.860</b>	<b>1.658.001</b>	<b>1.796.277</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-16,4%</b>

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



Em R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	REPROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016	REALIZADO - ATÉ FEV 2015	2016 / 2015 %	
		ATÉ FEV		NOMINAL	REAL
<b>2. DESPESA DE CAIXA</b>	<b>10.539.466</b>	<b>1.451.658</b>	<b>1.368.752</b>	<b>6,1%</b>	<b>-3,9%</b>
<b>2.1 DESPESA DE CAIXA - REPASSE DE DUODÉCIMOS AOS PODERES</b>	<b>1.839.000</b>	<b>306.500</b>	<b>290.046</b>	<b>5,7%</b>	<b>-4,2%</b>
<b>2.2 DESPESA DE CAIXA - PODER EXECUTIVO*</b>	<b>8.700.466</b>	<b>1.145.159</b>	<b>1.078.706</b>	<b>6,2%</b>	<b>-3,8%</b>
PESSOAL	4.994.883	758.140	747.094	1,5%	-8,0%
OUTRAS DESP. CORRENTES - Exercício Atual	1.854.671	168.404	118.310	42,3%	29,0%
OUTRAS DESP. CORRENTES - Exercícios Anteriores	22.488	665	12.139	-94,5%	-95,0%
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	198.172	3.940	0	-	-
FINANCIAMENTO FUNDAP	488.789	79.700	77.091	3,4%	-6,3%
AMORTIZAÇÃO E JUROS DA DÍVIDA	693.283	82.632	71.579	15,4%	4,6%
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	252.112	39.907	39.069	2,1%	-7,4%
PAGAMENTO DO PASEP	128.809	11.771	13.424	-12,3%	-20,5%
<b>2.3 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>67.259</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>3. RESULTADOS</b>					
<b>3.1 PODER EXECUTIVO</b>					
RESULTADO DO TESOUREO ESTADUAL	<b>-120.606</b>	<b>206.343</b>	<b>427.525</b>	<b>51,74%</b>	<b>56,3%</b>
<b>3.2 SETOR PÚBLICO ESTADUAL</b>					
RESULTADO PRIMÁRIO (Meta LDO 2016: R\$ -967.931 mil)	<b>-959.881</b>	<b>423.965</b>	<b>562.245</b>	<b>24,59%</b>	<b>31,7%</b>
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO TOTAL		<b>497.796</b>	<b>571.629</b>	<b>-12,9%</b>	<b>-21,1%</b>
RESULTADO NOMINAL (Meta LDO 2016: R\$ 858.350 mil)		<b>-525.947</b>	<b>-565.511</b>	<b>-7,00%</b>	<b>-15,7%</b>
<b>4. INDICADORES</b>					
INVESTIMENTO/INV FINANCEIRA exceto financ fundap (Rec de Todas as Fontes)		8.008	4.438	80%	63%
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (Conceito LRF - 12 meses)		5.192.604	5.162.972	0,6%	-8,9%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Conceito LRF - 12 meses)	11.965.072	11.859.378	11.771.159	0,7%	-8,7%
RELAÇÃO DESPESA DE PESSOAL/ RCL		43,8	43,9		
RELAÇÃO DESPESA DE PESSOAL/ RCL - Método TCEES		45,3	45,4		
APLICAÇÃO EM SAÚDE (Mínimo 12%)		13,6	10,8		
APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO (Mínimo 25%)		21,6	22,5		

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



**GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO**

*Secretaria da Fazenda*



**SECRETÁRIA DE ESTADO DA FAZENDA**

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

**SUBSECRETÁRIO DO TESOURO ESTADUAL**

Gustavo Lisboa Cruz

**GERENTE DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO**

Bruno Pires Dias

**GERENTE GERAL DE FINANÇAS DO ESTADO**

Daniel Correa

**GERENTE DE POLÍTICA FISCAL E DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO**

Marco Antonio Rocha Lima Guilherme

**SUBGERENTE DE POLÍTICA FISCAL**

Ighor David Dias

**SUBGERENTE DE INFORMAÇÕES FISCAIS E CONTABILIDADE DE CUSTO**

Alan Johanson

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

**Subgerência de Política Fiscal**

Eliziane Bortolotti Lorenzon

Roberto Paula de Freitas Campos

Rudisom Rodrigues de Paula

**RESULTADO DO TESOURO ESTADUAL** é uma publicação periódica da Subsecretaria do Tesouro Estadual, elaborada pela Assessoria Técnica Fazendária e pela Gerência de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado. Para garantir a atualidade da divulgação deste relatório, informamos que os dados estão sujeitos a revisão.